1. Assinale a alternativa correta acerca do registro das sociedades, fundações e partidos políticos, de acordo com a Lei 6.015/1973:
 - a) Os documentos apresentados em papel poderão ser retirados pelo apresentante em até 30 (trinta) após a data da certificação do registro ou da expedição de nota devolutiva.
 - b) O requerimento deve ser firmado pelo representante legal da pessoa jurídica que tenha subscrito o estatuto, compromisso ou contrato.
 - c) O registro será feito com base em uma via do estatuto, compromisso ou contrato, apresentada em papel ou em meio eletrônico, a requerimento do representante legal da pessoa jurídica.
 - d) Para o registro dos partidos políticos, serão obedecidos os mesmos requisitos de registro das associações.
2. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca do registro de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agência de notícias, de acordo com a Lei 6.015/1973:
 - a) O pedido de matrícula de jornais deve informar o título do jornal, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários.
 - b) O pedido de matrícula de empresas de radiodifusão deve informar nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.
 - c) A matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias é realizada no Livro A.
 - d) As alterações em qualquer das declarações ou documentos atinentes ao registro de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agência de notícias deverão ser averbadas na matrícula, no prazo de oito dias.
3. Assinale a alternativa correta em relação aos livros do registro de títulos e documentos:
 - a) Livro B - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.
 - b) Livro C - para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros
 - c) Livro E - para registro facultativo de documentos ou conjunto de documentos para conservação de que trata o inciso VII do caput do art. 127 e o art. 127-A da Lei 6.
 - d) Livro G - indicador pessoal específico para repositório dos nomes dos apresentantes que figurarem no Livro F, do qual deverá constar o respectivo número do registro, o nome do apresentante e o seu número de inscrição no CPF ou CNPJ.
4. Assinale a alternativa correta em relação ao registro de títulos e documentos:
 - a) O registro facultativo para conservação de documentos ou conjunto de documentos de que trata o inciso VII do caput do art. 127 da Lei nº 6.015/1973 terá a finalidade de arquivamento de conteúdo e data, não gerará efeitos em relação a terceiros e não poderá servir como instrumento para cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada, nem para protesto, notificação extrajudicial, medida judicial ou negativação nos serviços de proteção ao crédito ou congêneres.
 - b) É cabível o registro facultativo para conservação de documentos perante Registro de Títulos e Documentos, ainda que atribuídos expressamente a outro ofício.
 - c) A certificação do registro facultativo para conservação de documentos será feita por termo, com indicação do número total de páginas registradas, com a chancela ou rubrica em cada uma delas.
 - d) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro facultativo para conservação de documentos, desde que informe ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
5. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros **EXCETO**:
 - a) Os contratos de locação de prédios.
 - b) A inscrição em dívida ativa da Fazenda Pública para efeito da presunção de fraude de que trata o art. 185 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).
 - c) Os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis.
 - d) Todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal.
6. Acerca da competência dos notários, nos termos da Lei 8.935/1994, assinale a alternativa correta:
 - a) É facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, sem ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.
 - b) É vedado aos tabeliães de notas prestar outros serviços remunerados.
 - c) O tabelião de notas pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação desde que integre comarca contígua e componham a mesma região metropolitana.
 - d) O tabelião de notas pode exigir, a seu critério e de acordo com as particularidades do caso, testemunhas em razão do ato envolver pessoa com deficiência.

7. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à lavratura dos atos notariais, de acordo com a Lei 7.433/1985:
- Na escritura pública de imóveis urbanos é dispensada a sua descrição e caracterização, desde que estes elementos constem da certidão do Cartório do Registro de Imóveis.
 - O Tabelião consignará no ato notarial a apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão intervivos, as certidões fiscais e as certidões de propriedade e de ônus reais, com sua respectiva transcrição.
 - Obriga-se o Tabelião a manter, em Cartório, o documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão, as certidões fiscais e as certidões de propriedade e de ônus reais no original ou em cópias autenticadas.
 - A prova de quitação das obrigações do alienante para com o respectivo condomínio, pode ser feita mediante declaração do alienante ou seu procurador, sob as penas da Lei, a ser expressamente consignada nos instrumentos de alienação ou de transferência de direitos.
8. Acerca da lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, assinale a alternativa correta:
- As escrituras públicas de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais não dependem de homologação judicial e são títulos hábeis para o registro civil e o registro imobiliário, para a transferência de bens e direitos, bem como para promoção de todos os atos necessários à materialização das transferências de bens e levantamento de valores (DETRAN, Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, companhias telefônicas, etc.).
 - É facultada a presença do advogado, dispensada a procuração, ou do defensor público, na lavratura das escrituras aqui referidas, nelas constando seu nome e registro na OAB.
 - É necessário o registro de escritura pública de extinção consensual de união estável no Livro "E" de Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, para concentração das informações dessas escrituras no âmbito estadual, possibilitando as buscas, preferencialmente, sem ônus para o interessado.
 - Para a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa, aplicam-se as regras de competência do Código de Processo Civil.
9. De acordo com a Lei 8.935/1994 aos tabeliães de notas compete com exclusividade, **EXCETO**:
- Lavrar escrituras e procurações, públicas.
 - Lavrar testamentos públicos e aprovar os testamentos particulares.
 - Lavrar atas notariais.
 - Reconhecer firmas e autenticar cópias.
10. Acerca da lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A escritura pública de inventário e partilha conterà a qualificação completa do autor da herança; o regime de bens do casamento; pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver; dia e lugar em que faleceu o autor da herança; data da expedição da certidão de óbito; livro, folha, número do termo e unidade de serviço em que consta o registro do óbito; e a menção ou declaração dos herdeiros de que o autor da herança não deixou testamento e outros herdeiros, sob as penas da lei.
 - É obrigatória a nomeação de interessado, na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes, sem necessidade de seguir a ordem prevista no art. 617 do Código de Processo Civil.
 - A nomeação de inventariante será considerada o termo inicial do procedimento de inventário extrajudicial. É admissível inventário negativo por escritura pública.
 - A escritura pública pode ser retificada desde que haja o consentimento de todos os interessados e manifestação favorável do Ministério Público. Os erros materiais poderão ser corrigidos, de ofício ou mediante requerimento de qualquer das partes, ou de seu procurador, por averbação à margem do ato notarial ou, não havendo espaço, por escrituração própria lançada no livro das escrituras públicas e anotação remissiva.
11. Compete aos tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos, nos termos da Lei 8.935/1994:
- Reconhecer firmas em documentos destinados ou não a fins de direito marítimo.
 - Lavrar e registrar os atos, contratos e instrumentos relativos a transações de embarcações a que as partes devam ou queiram dar forma legal de escritura pública.
 - Manter o registro dos armadores nacionais, lavrar testamento marítimo.
 - Manter o registro de propriedade marítima, dos ônus que sobre ela incidirem.
12. Acerca das disposições do Código Civil sobre o testamento, é **INCORRETO** afirmar que:
- Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião ou seu substituto legal assim o declarará, assinando, neste caso, pelo testador, e, a seu rogo, uma das testemunhas instrumentárias.
 - Lavrado o testamento, deve ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a quatro testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial.
 - Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião ou por seu substituto legal, e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.
 - O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não o souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas.

13. Acerca dos atos notariais disciplinados pelo Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar que:
- A demarcação e a divisão de terras particulares poderão ser realizadas por escritura pública, desde que sejam maiores, capazes e concordes todos os interessados.
 - Dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos poderão constar da ata notarial.
 - A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.
 - A homologação do penhor legal poderá ser promovida pela via extrajudicial mediante requerimento do credor ao notário do domicílio do devedor. Estando em ordem o pedido, o notário promoverá a notificação extrajudicial do devedor para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar o débito ou impugnar sua cobrança.
14. De acordo com a Lei nº 8.935/1994, aos tabeliães de protesto de título compete privativamente:
- Protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do cumprimento da obrigação.
 - Intimar o credor para recebimento do pagamento dos títulos protocolizados, dando o credor a quitação ao devedor.
 - Intimar os portadores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto.
 - Lavrar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em microfilme ou sob outra forma de documentação; acatar o pedido de desistência do protesto formulado pelo apresentante.
15. A Lei nº 9.492/1997 define que o protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Todos os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados dentro de quarenta e oito horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega.
 - Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.
 - Ao apresentante será entregue recibo com as características essenciais do título ou documento de dívida, sendo de sua responsabilidade os dados fornecidos.
 - Tratando-se de cheque, poderá o protesto ser lavrado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente, devendo do referido cheque constar a prova de apresentação ao Banco sacado, salvo se o protesto tenha por fim instruir medidas pleiteadas contra o estabelecimento de crédito.
16. É correto afirmar, acerca da distribuição dos títulos e documentos de dívida destinados a protesto, conforme a Lei nº 9.472/1997 que:
- Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas.
 - Os títulos e documentos de dívida serão recepcionados e distribuídos por sorteio, sendo entregues em até vinte e quatro horas aos Tabelionatos de Protesto.
 - Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto estarão sujeitos à prévia distribuição obrigatória mesmo nas localidades onde houver um único Tabelionato de Protesto de Títulos.
 - Onde houver apenas um Tabelionato de Protesto de Títulos, a distribuição será feita pelo próprio Tabelionato. Onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos, a distribuição será feita obrigatoriamente pelo Ofício Distribuidor.
17. Acerca da apresentação e protocolização dos títulos e documentos de dívida destinados a protesto, assinale a alternativa correta em relação à Lei nº 9.472/1997:
- Os títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil poderão ser protestados, desde que acompanhados de tradução simples ou juramentada.
 - Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, podendo o Tabelião de Protesto obstar o registro em razão da ocorrência de prescrição ou caducidade.
 - O pagamento do título de dívida em moeda estrangeira emitido fora do Brasil será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a conversão cambial da data de pagamento.
 - Títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante.
18. Acerca do prazo para registro protesto, assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à Lei nº 9.472/1997:
- Considera-se não útil o dia em que não houver expediente bancário para o público ou aquele em que este não obedecer ao horário normal.
 - Quando a intimação for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente.
 - O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da intimação para pagamento do título ou documento de dívida.
 - Na contagem do prazo para registro do protesto, exclui-se o dia da protocolização e inclui-se o do vencimento.

19. Acerca da intimação, desistência e sustação do protesto, assinale a alternativa correta em relação à Lei nº 9.472/1997:
- Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, independentemente do pagamento de emolumentos e demais despesas.
 - O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente poderá ser pago pelo devedor ou retirado pelo credor a qualquer tempo, desde que pagos os emolumentos e demais despesas.
 - Revogada a ordem judicial de sustação, deve-se proceder a nova intimação do devedor para efetivação da lavratura e o registro do protesto.
 - Tornada definitiva a ordem de sustação, o título ou o documento de dívida será encaminhado ao Juízo respectivo, quando não constar determinação expressa a qual das partes o mesmo deverá ser entregue, ou se decorridos trinta dias sem que a parte autorizada tenha comparecido no Tabelionato para retirá-lo.
20. Acerca das certidões e informações do protesto, assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à Lei nº 9.472/1997:
- O Tabelião de Protesto expedirá as certidões solicitadas dentro de cinco dias úteis, no máximo, que abrangerão o período mínimo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.
 - Das certidões não constarão os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados, salvo por requerimento escrito do próprio devedor ou por ordem judicial.
 - Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito.
 - Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, da qual se poderá dar publicidade pela imprensa.
21. Acerca dos livros, arquivos e responsabilidade do protesto, assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à Lei nº 9.472/1997:
- Os livros de Registros de Protesto serão abertos e encerrados somente pelo Tabelião de Protestos ou seus Substitutos, com suas folhas numeradas e rubricadas.
 - Os Tabeliões de Protesto de Títulos são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.
 - O prazo de arquivamento é de três anos para livros de protocolo e de dez anos para os livros de registros de protesto e respectivos títulos.
 - As intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento deverão ser conservados, pelo menos, durante um ano.
22. No tocante ao nome, assinale a afirmativa correta de acordo com a Lei de Registros Públicos:
- O oficial de registro civil não registrará prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, observado que, quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente, mediante a cobrança de emolumentos.
 - Em até quinze dias úteis após o registro, qualquer dos genitores poderá apresentar, perante o registro civil onde foi lavrado o assento de nascimento, oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelo declarante, observado que, se houver manifestação consensual dos genitores, será realizado o procedimento de retificação administrativa do registro, mas, se não houver consenso, a oposição será encaminhada ao juiz competente para decisão.
 - Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial de registro lançará adiante do prenome escolhido ao menos dois sobrenomes de um dos genitores, na ordem que julgar mais conveniente para evitar homônimas. O oficial de registro orientará os pais acerca da conveniência de crescer sobrenomes, a fim de se evitar prejuízos à pessoa em razão da homonímia.
 - Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescentados os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes, em qualquer ordem e, na hipótese de acréscimo de sobrenome de ascendente que não conste das certidões apresentadas, deverão ser apresentadas todas as certidões da linha ascendente.
23. No tocante à habilitação do casamento, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei 6.015/1973:
- Se estiver em ordem a documentação, o oficial de registro dará publicidade, em meio eletrônico, à habilitação e extrairá, no prazo de até 5 (cinco) dias, o certificado de habilitação, podendo os nubentes contrair matrimônio perante qualquer serventia de registro civil de pessoas naturais, de sua livre escolha.
 - Se houver impedimento ou arguição de causa suspensiva, o oficial de registro dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem, em 48 (quarenta e oito) horas, prova que pretendam produzir, e remeterá os autos a juízo, e, produzidas as provas pelo oponente e pelos nubentes, no prazo de 3 (três) dias, com ciência do Ministério Público, e ouvidos os interessados e o órgão do Ministério Público em 5 (cinco) dias, decidirá o juiz em igual prazo.
 - A celebração do casamento não pode ser realizada por sistema de videoconferência.
 - A publicação dos proclamas em jornal local de grande circulação é obrigatória, podendo, excepcionalmente, ser realizada por meio eletrônico, mediante petição formulada pelos contraentes ao oficial de registro.

24. No tocante às disposições da Lei nº 6.015/1973 acerca da conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Se estiver em termos o pedido, o falecimento da parte no curso do processo de habilitação não impedirá a lavratura do assento de conversão de união estável em casamento.
 - Em caso de requerimento de conversão de união estável por mandato, a procuração deverá ser pública e com prazo máximo de 30 (trinta) dias.
 - O assento da conversão da união estável em casamento será lavrado no Livro B-Auxiliar, sem a indicação da data e das testemunhas da celebração, do nome do presidente do ato e das assinaturas dos companheiros e das testemunhas, anotando-se no respectivo termo que se trata de conversão de união estável em casamento.
 - Não constará do assento de casamento convertido a partir da união estável a data do início ou o período de duração desta, salvo no caso de prévio procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil.
25. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca do registro da união estável, conforme as disposições da Lei nº 6.015/1973:
- Não poderá ser promovido o registro, no Livro E, de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, exceto se separadas judicialmente ou extrajudicialmente, ou se a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.
 - Os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento e dissolução, bem como dos termos declaratórios formalizados perante o oficial de registro civil e das escrituras públicas declaratórias e dos distratos que envolvam união estável, serão feitos no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
 - As sentenças estrangeiras de reconhecimento de união estável, os termos extrajudiciais, os instrumentos particulares ou escrituras públicas declaratórias de união estável, bem como os respectivos distratos, lavrados no exterior, nos quais ao menos um dos companheiros seja brasileiro, poderão ser levados a registro no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que qualquer dos companheiros tem ou tenha tido sua última residência no território nacional.
 - Para fins de registro, as sentenças estrangeiras de reconhecimento de união estável, os termos extrajudiciais, os instrumentos particulares ou escrituras públicas declaratórias de união estável, bem como os respectivos distratos, lavrados no exterior, independem de legalização ou apostilamento, bastando tradução juramentada.
26. Acerca da adoção, assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:
- O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.
 - O mandato judicial, que será arquivado, sobrestará o registro original do adotado.
 - A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.
 - O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandato do qual não se fornecerá certidão.
27. A Lei nº 11.790/2008 alterou o art. 46 da Lei nº 6.015/1973, para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal diretamente nas serventias extrajudiciais. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente. Persistindo a suspeita, o oficial encaminhará os autos ao juízo competente.
 - As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar do nascimento do interessado.
 - O requerimento de registro de nascimento fora do prazo será assinado por 2 (duas) testemunhas.
 - Se o Juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro de cinco (5) dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário-mínimo da região.
28. No tocante à retificação de registro civil de pessoas naturais, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O oficial retificará o registro, independentemente de prévia autorização judicial, no caso de ausência de indicação do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, nas hipóteses em que existir descrição precisa do endereço do local do nascimento.
 - O oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, após prévia manifestação favorável do Ministério Público.
 - O oficial retificará o registro, independentemente de prévia autorização judicial, no caso de erro que não exija qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.
 - Nos casos em que a retificação decorra de erro imputável ao oficial, por si ou por seus prepostos, não será devido pelos interessados o pagamento de selos e taxas.

29. No tocante às anotações no âmbito do registro civil de pessoas naturais, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O óbito deverá ser anotado, com as remissões recíprocas, nos assentos de casamento e nascimento, e o casamento no deste.
 - A emancipação, a interdição e a ausência serão anotadas com as remissões recíprocas, nos assentos de nascimento e casamento.
 - Sempre que o oficial fizer algum registro ou averbação, deverá, no prazo de dois dias, anotá-lo nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados em seu cartório, ou fará comunicação, com resumo do assento, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos.
 - Os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.
30. De acordo com a Lei 6.015/1973, no tocante à retificação do registro ou da averbação:
- O procedimento de retificação de registro não comporta a apuração de remanescentes de áreas parcialmente alienadas.
 - Havendo impugnação e se as partes não tiverem formalizado transação amigável para solucioná-la, cabe ao oficial tão somente remeter o interessado para as vias ordinárias.
 - Não sendo encontrado o confrontante ou estando em lugar incerto e não sabido, cabe ao oficial tão remeter o interessado para as vias ordinárias.
 - Presumir-se-á a anuência do confrontante que deixar e apresentar impugnação no prazo da notificação.
31. Acerca do parcelamento do solo urbano, disciplinado pela Lei Federal no 6.766/79, é correto afirmar:
- Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, podendo todavia, ocorrer prolongamento, modificação ou ampliação dos então existentes.
 - A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída apenas pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, e vias de circulação.
 - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
 - Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões estão dispensadas de atender aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
32. Acerca da Lei nº 10.931/2004, a qual dispõe sobre o Patrimônio de Afetação de Incorporações Imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, é correto afirmar:
- A averbação da emissão da CCI e o registro da garantia do crédito respectivo, quando solicitados simultaneamente, serão considerados como atos distintos para efeito de cobrança de emolumentos.
 - A cessão do crédito representado por CCI implica automática transmissão das respectivas garantias ao cessionário, sub-rogando-o em todos os direitos apresentados pela cédula, ficando o cessionário, no caso de contrato de alienação fiduciária, investido na propriedade fiduciária.
 - A emissão e a negociação de CCI independe de autorização do devedor do crédito imobiliário que ela representa.
 - A validade e a eficácia da cédula de crédito bancário não dependem de registro, mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I e III, estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV, estão corretas.
33. Acerca da Lei nº 4.591/1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações, é correto afirmar:
- O direito à guarda de veículos nas garagens ou locais a isso destinados nas edificações ou conjuntos de edificações será tratado como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, e sempre serão vinculadas à unidade habitacional a que corresponder.
 - Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador atingem os patrimônios de afetação constituídos, integrando a massa concursal o terreno, as acessões e demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto da incorporação.
 - Presume-se a vinculação entre a alienação das frações do terreno e o negócio de construção, se, ao ser contratada a venda, ou promessa de venda ou de cessão das frações de terreno, já houver sido aprovado e estiver em vigor, ou pender de aprovação de autoridade administrativa, o respectivo projeto de construção, respondendo o alienante como incorporador.
 - A averbação do termo de constituição do patrimônio de afetação será obstada pela existência de ônus reais que tenham sido constituídos sobre o imóvel objeto da incorporação para garantia do pagamento do preço de sua aquisição ou do cumprimento de obrigação de construir o empreendimento.

34. De acordo com a Lei nº 6.015/1973, quando um imóvel for situado em duas ou mais circunscrições, será aberta a matrícula:
- Em quaisquer das circunscrições que estiver localizado o imóvel, a critério do proprietário do imóvel.
 - Obrigatoriamente na circunscrição em que estiver localizada a maior parte do imóvel e facultativamente nas demais circunscrições.
 - Apenas na circunscrição em que estiver localizada a maior parte do imóvel.
 - Obrigatoriamente em ambas as serventias dos registros públicos.
35. De acordo com a Lei nº 6.015/1973, são exemplos de atos objeto de averbação no registro de imóveis, **EXCETO**:
- O patrimônio rural em afetação em garantia.
 - Cédulas hipotecárias; do contrato de locação para os fins do exercício do direito de preferência.
 - Convenções antenupciais e regime de bens diversos do legal, nos registros referentes a imóveis ou a direitos reais pertencentes a qualquer dos cônjuges.
 - Contratos de promessa de compra e venda, das cessões e promessas de cessão a que alude o Decreto-lei nº 58/1937, quando o loteamento se tiver formalizado anteriormente à vigência da Lei 6.015/1973.
36. De acordo com a Lei nº 6.015/1973, são exemplos de atos objeto de registro no registro de imóveis, **EXCETO**:
- O auto de demarcação urbanística; a servidão ambiental; a reserva legal.
 - Certidão de Regularização Fundiária; citação de ações reais ou pessoais reipersecutórias.
 - Os contratos de promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas condominiais e de promessa de permuta, a que se refere a Lei nº 4.591/1964, quando a incorporação ou instituição de condomínio se formalizar na vigência da Lei 6.015/1973.
 - Cédulas de crédito industrial; contratos de penhor rural.
37. De acordo com a Lei nº 6.015/1973, o registro do imóvel destacado de glebas públicas:
- Não exige a retificação do memorial descritivo da área remanescente, que somente ocorrerá a cada 3 (três) anos, contados a partir do primeiro destaque, englobando todos os destaques realizados no período.
 - Não exige a retificação do memorial descritivo da área remanescente, que somente ocorrerá a cada 2 (dois) anos, contados a partir do primeiro destaque, englobando todos os destaques realizados no período.
 - Não exige a retificação do memorial descritivo da área remanescente.
 - Exige a retificação do memorial descritivo da área remanescente no momento da prenotação.
38. Acerca das atribuições, escrituração e ordem do serviço, é correto afirmar, de acordo com a Lei nº 6.105/1973:
- A contagem dos prazos nos registros públicos observará os critérios estabelecidos na legislação civil.
 - Serão contados em dias e horas úteis os prazos estabelecidos para a vigência da prenotação, para os pagamentos de emolumentos e para a prática de atos pelos oficiais dos registros de imóveis, de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas, incluída a emissão de certidões, exceto nos casos previstos em lei e naqueles contados em meses e anos.
 - Os títulos e documentos, apresentados no horário regulamentar ao registro civil de pessoas naturais que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia.
 - Nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante, a ausência de comprovação do recolhimento do imposto de transmissão de bem imóvel obstará a apresentação do título e o seu lançamento do Protocolo.
39. Acerca da publicidade é **INCORRETO** afirmar, de acordo com a Lei nº 6.105/1973:
- O interessado poderá solicitar a qualquer serventia certidões eletrônicas relativas a atos registrados em outra serventia, por meio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
 - A certidão de inteiro teor será extraída por meio reprográfico ou eletrônico, devendo ser fornecida eletronicamente, com uso de tecnologia que permita a sua impressão pelo usuário e a identificação segura de sua autenticidade, conforme critérios estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, dispensada a materialização das certidões pelo oficial de registro.
 - O acesso ou o envio de informações aos registros públicos, quando realizados por meio da internet, deverão ser assinados com o uso de assinatura simples, avançada ou qualificada de que trata o art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
 - A certidão da situação jurídica atualizada do imóvel compreende as informações vigentes de sua descrição, número de contribuinte, proprietário, direitos, ônus e restrições, judiciais e administrativas, incidentes sobre o imóvel e o respectivo titular, além das demais informações necessárias à comprovação da propriedade e à transmissão e à constituição de outros direitos reais.

40. Acerca da publicidade é **INCORRETO** afirmar, de acordo com a Lei nº 6.105/1973:
- A certidão de transcrição de imóvel, em meio eletrônico, requerida no horário de expediente, desde que fornecido pelo usuário o respectivo número, será emitida em 5 (cinco) dias, contados a partir do pagamento dos emolumentos.
 - Na localidade em que haja dificuldade de comunicação eletrônica, a Corregedoria-Geral da Justiça Estadual poderá autorizar, de modo excepcional e com expressa comunicação ao público, a aplicação de prazos maiores para emissão das certidões do registro de imóveis.
 - No âmbito do registro de imóveis, a certidão de inteiro teor da matrícula conterá a reprodução de todo seu conteúdo e será suficiente para fins de comprovação de propriedade, direitos, ônus reais e restrições sobre o imóvel, independentemente de certificação específica pelo oficial.
 - A certidão de inteiro teor da matrícula de imóvel ou do livro auxiliar, em meio eletrônico, requerida no horário de expediente, desde que fornecido pelo usuário o respectivo número, serão emitidas em até 4 (quatro) horas, contados a partir do momento da solicitação.
41. Acerca da responsabilidade, incompatibilidades e impedimentos da atividade notarial e de registro, é correto afirmar, de acordo com a Lei nº 8.935/1994:
- Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, objetiva e pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.
 - Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.
 - No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
 - Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às penas de advertência; multa; suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta e perda da delegação.
42. Acerca dos emolumentos é **INCORRETO** afirmar, de acordo com a Lei nº 10.169/2000:
- Nos registros, quando 2 (dois) ou mais imóveis forem dados em garantia, situados ou não na mesma circunscrição imobiliária, tenham ou não igual valor, a base de cálculo dos atos será o resultado da soma do valor venal dos imóveis, limitada ao potencial econômico de cada bem.
 - A averbação de aditivo de garantia real com liberação de crédito suplementar terá como base de cálculo o valor do referido crédito.
 - O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados.
 - A averbação de aditivo que contenha outras alterações que não importem mudança no valor do crédito concedido é considerada ato sem conteúdo econômico.
43. Acerca dos emolumentos, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 10.169/2000:
- O reajuste do valor dos emolumentos independe da publicação das respectivas tabelas, bastando a observância do princípio da anterioridade.
 - É cabível, excepcionalmente, a fixação de emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
 - O notário ou registrador que fornecer o recibo dos emolumentos percebidos, fica dispensado da indicação dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado.
 - É vedado impor ao registro e averbação de situações jurídicas em que haja a interveniência de produtor rural quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos e fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, ou outros que venham a ser criados.
44. No que diz respeito à obrigação do Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais prestar informações ao Instituto Nacional do Seguro Social, é **INCORRETO** afirmar que:
- No caso de não ter sido registrado nenhum nascimento, natimorto, casamento, óbito ou averbações, anotações e retificações no mês, deverá o Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais comunicar este fato ao INSS até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.
 - O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais remeterá ao INSS, em até 5 (cinco) dias úteis, pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) ou por outro meio que venha a substituí-lo, a relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na serventia.
 - Para os registros de nascimento e de natimorto, constarão das informações, obrigatoriamente, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o sexo, a data e o local de nascimento do registrado, bem como o nome completo, o sexo, a data e o local de nascimento e a inscrição no CPF da filiação.
 - Para os municípios que não dispõem de provedor de conexão à internet ou de qualquer meio de acesso à internet, fica autorizada a remessa das informações dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na serventia em até 5 (cinco) dias úteis.

45. Acerca da obrigação dos notários e registradores informarem a ocorrência de operações imobiliárias à Receita Federal, é correto afirmar que:
- O tabelião de notas fica dispensado de emitir a DOI quando da lavratura do instrumento que tenha por objeto a alienação de imóveis, pois a transmissão da propriedade somente se efetiva com o registro imobiliário.
 - A declaração deverá ser apresentada pela internet, até o último dia útil do mês subsequente, sempre que ocorrer operação imobiliária de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, cujos documentos sejam lavrados, anotados, averbados, matriculados ou registrados no respectivo cartório.
 - Poderá ser emitida uma declaração para mais de um imóvel alienado ou adquirido.
 - O Oficial de Registro de Imóveis fica dispensado de emitir a DOI quando a alienação do imóvel foi celebrada por instrumento particular.
46. Em conformidade com o Código Civil a inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha:
- O seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens;
 - O objeto e a sede da empresa;
 - O capital;
 - A firma, com a respectiva assinatura autógrafa que poderá ser substituída pela assinatura autenticada com certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade, ressalvado o disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei Complementar número 123, de 14 de dezembro de 2006
- A alternativa correta é:
- Apenas a assertiva I, II e III estão corretas.
 - Apenas assertivas III e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II, e IV estão corretas.
47. Sobre o incapaz, este poderá, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar na empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, poderá:
- Se nomeará, com a aprovação do juiz, um gerente apenas.
 - Ser nomeado com a aprovação do juiz três gerentes para agirem em conjunto.
 - Ser nomeado com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.
 - Ser pelo Juiz nomeado novo representante legal, destituindo o representante impedido.
48. A sociedade em comandita simples permite existir dois tipos de sócios que são os comanditados e os comanditários. Segundo o Código Civil:
- Os comanditados, pessoas físicas ou jurídicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais
 - Os comanditários são obrigados somente pelo valor de sua quota.
 - O contrato deve discriminar os comanditados e os comanditários.
 - O sócio comanditário é obrigado à reposição de lucros recebidos de boa-fé e de acordo com o balanço.
- A alternativa correta é:
- Apenas a assertiva I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II, e IV estão corretas.
49. As Sociedades Limitadas regidas pelo Código Civil preveem um conselho fiscal que, além de outras atribuições determinadas na lei ou no contrato social, aos membros do conselho fiscal, incumbem, individual ou conjuntamente, os seguintes deveres:
- Examinar, mensalmente, os livros e papéis da sociedade e o estado da caixa e da carteira, devendo os administradores ou liquidantes prestar-lhes as informações solicitadas.
 - Denunciar apenas fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis à sociedade.
 - Convocar a assembleia dos sócios se a diretoria retardar por mais de trinta dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes.
 - Praticar, durante o período da liquidação da sociedade, os atos a que se refere este artigo, tendo em vista as disposições especiais reguladoras da liquidação.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III, e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I, II e III estão corretas.
50. Segundo o Código Civil, o título de crédito deve conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente. Sobre o vencimento:
- O Título de crédito é uma ordem de pagamento à vista.
 - É à vista o título de crédito que não contenha indicação de vencimento.
 - O vencimento será de no máximo trinta dias.
 - Quando não contiver a indicação de vencimento, será considerado incompleto e não poderá ser preenchido em conformidade com os ajustes realizados.

51. Em conformidade com a Lei 13.966 é previsto que para a implantação da franquia, o franqueador deverá fornecer ao interessado Circular de Oferta de Franquia, escrita em língua portuguesa, de forma objetiva e acessível, os seguintes itens **EXCETO**:
- Qualificação completa do franqueador e das empresas a que esteja ligado, identificando-as com os respectivos números de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ).
 - Descrição detalhada da franquia e descrição geral do negócio e das atividades que serão desempenhadas pelo franqueado.
 - Indicação das ações judiciais relativas à franquia que questionem o sistema ou que possam comprometer a operação da franquia no país, nas quais sejam parte o franqueador, as empresas controladoras, o subfranqueador e os titulares de marcas e demais direitos de propriedade intelectual.
 - Balanços e demonstrações financeiras da empresa franqueadora, relativos aos 3 (três) últimos exercícios.
52. A lei 11.101 disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor. Podem requerer a falência do devedor, **EXCETO**:
- O cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante.
 - Apenas o credor com títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
 - O cotista ou o acionista do devedor na forma da lei ou do ato constitutivo da sociedade.
 - O próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta lei.
53. A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial (Lei 9.279), considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante:
- Concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade.
 - Concessão de registro de desenho industrial.
 - Concessão de registro de marca.
 - Repressão às falsas indicações geográficas.
 - Repressão à concorrência desleal.
- A alternativa **CORRETA** é:
- As assertivas I, II, III, IV e V estão corretas.
 - Apenas assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II, e IV estão corretas.
54. Os direitos Autorais no Brasil estão previstos na Lei 9.610. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos, passado esse prazo a obra se torna domínio público. O prazo de 70 anos começa a contar:
- Do dia de falecimento do Autor.
 - Da data de registro da obra.
 - De 1º de janeiro do ano subsequente ao falecimento do Autor.
 - Do 1º dia do mês subsequente ao de seu falecimento.
55. Em conformidade com o art. 62 do Código Civil, a fundação somente poderá constituir-se para fins de, **EXCETO**:
- Educação.
 - Morais.
 - Pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.
 - Atividades religiosas.
56. Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por, **EXCETO**:
- Pagamentos de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações.
 - Outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
 - Transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
 - Cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
57. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Esse texto se refere ao:
- Usucapião.
 - usucapião Ordinário.
 - Usucapião Especial Urbano.
 - Usucapião Especial Rural.
58. Em conformidade com o art. 1.250 do Código Civil o conceito de aluvião é:
- Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais, sem indenização.
 - O Aluvião que se forma em correntes comuns ou particulares pertence aos proprietários ribeirinhos fronteiros.
 - Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado.
 - O Aluvião corrente pertence aos proprietários ribeirinhos das duas margens, sem que tenham indenização os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso, entendendo-se que os prédios marginais se estendem até o meio do álveo.

59. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, **EXCETO**:
- Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
 - Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
 - Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 - Os pródigos.
60. Conforme consta no art. 1.303 Código Civil na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de quantos metros do terreno vizinho:
- 6 metros.
 - 2 metros.
 - 4 metros.
 - 3 metros.
61. Sem prejuízo, no que couber, das normas aplicáveis aos condomínios edilícios, para fins do direito real de laje, as despesas necessárias à conservação e fruição das partes que sirvam a todo o edifício e ao pagamento de serviços de interesse comum serão partilhadas entre o proprietário da construção-base e o titular da laje, na proporção que venha a ser estipulada em contrato. São partes que servem a todo o edifício:
- Os alicerces, colunas, pilares, paredes-mestras e todas as partes restantes que constituam a estrutura do prédio;
 - O telhado ou os terraços de cobertura, ainda que destinados ao uso exclusivo do titular da laje;
 - As instalações gerais de água, esgoto, eletricidade, aquecimento, ar-condicionado, gás, comunicações e semelhantes que sirvam a todo o edifício;
 - Em geral, as coisas que sejam afetadas ao uso de todo o edifício.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I, II, e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas assertivas III e IV estão corretas.
62. De acordo com o Código de Processo Civil, acerca da jurisdição e da ação:
- A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.
 - Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, ainda que autorizado pelo ordenamento jurídico.
 - Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
 - É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
63. Podem caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida a ocorrência de algum dos seguintes motivos, **EXCETO**:
- Condenação por crime infamante.
 - Tentativa de morte.
 - Abandono involuntário do lar conjugal, durante um ano contínuo.
 - Adulterio.
64. De acordo com o Código de Processo Civil, acerca da competência:
- As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.
 - Obedecidos os limites estabelecidos pela Constituição Federal, a competência é determinada pelas normas previstas neste Código ou em legislação especial, pelas normas de organização judiciária e, ainda, no que couber, pelas constituições dos Estados.
 - Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
 - A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor da ação.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está correta.
65. Em relação ao disposto no Código de Processo Civil, no que se refere à produção antecipada de provas:
- A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.
 - A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
 - O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.
 - O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se inexistente caráter contencioso.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas, I, II e III estão corretas.

66. Em relação ao disposto no Código de Processo Civil, é competente o foro para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:
- De domicílio do guardião de filho incapaz.
 - De domicílio do autor, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal.
 - Do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.
 - De domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
67. No que se refere à incompetência, assim dispõe o Código de Processo Civil, **EXCETO**:
- Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
 - Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
 - Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá no prazo de 24 horas a alegação de incompetência.
 - A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
68. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei, sobre o referido tema, assim dispõe o Código de Processo Civil, **EXCETO**:
- Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
 - Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
 - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
 - Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.
69. Conforme previsto no Código de Processo Civil, o juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe, **EXCETO**:
- Tratar com urbanidade as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo.
 - Requisitar a presença do Ministério Público, para ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente.
 - Manter a ordem e o decoro na audiência.
 - Requisitar, quando necessário, força policial.
70. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, suspende-se o processo, **EXCETO**:
- Pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
 - Pela arguição de impedimento ou de suspeição.
 - Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos de competência do Tribunal Militar.
 - Por motivo de força maior.
71. A Lei 14.133/21 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aplica-se à:
- Alienação e concessão de direito real de uso de bens.
 - Compra, exceto por encomenda.
 - Prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
 - Concessão e permissão de uso de bens públicos.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está correta.
 - Apenas assertivas I e IV estão corretas.
72. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
 - Administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
 - Durante o prazo prorrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
 - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- A alternativa **CORRETA** é:
- Apenas as assertivas, I e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.

73. De acordo com a Lei 14.133/21, a concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- I. Menor preço.
- II. Melhor técnica ou conteúdo artístico.
- III. Menor retorno econômico.
- IV. Técnica e preço.

A alternativa correta é:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

74. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte, **EXCETO**:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) A lei estabelecerá os prazos de decadência para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- c) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- d) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

75. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, **EXCETO**:

- a) Garantir o desenvolvimento internacional.
- b) Não-intervenção.
- c) Solução pacífica dos conflitos.
- d) Igualdade entre os Estados.

76. Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º da Lei 8429/92, e notadamente, **EXCETO**:

- a) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- b) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão, salvo a decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- d) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

77. Está previsto no art. 5 da Constituição da República Federativa do Brasil, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assim pode-se afirmar:

- I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos.
- II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- III. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- IV. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

A alternativa correta é:

- a) As assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) As assertivas III e IV estão corretas.
- c) As assertivas I e III estão corretas.
- d) As assertivas I e IV estão corretas.

78. Entre as condições de elegibilidade, na forma da lei, existe a idade mínima. Com base na Constituição da República Federativa do Brasil pode-se afirmar:

- Dezoito anos para Vereador.
- Trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República.
- Trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e Senador.
- Vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.

79. Na Constituição da República Federativa do Brasil existe no art. 29 inciso IV consta que será observado o limite máximo de vereadores por habitante. Assim podemos afirmar:

- 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- 13 (treze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.
- 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes.
- 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes.

A alternativa correta é:

- As assertivas I e IV estão corretas.
- Apenas a assertiva II está correta.
- Apenas a assertiva I está correta.
- As assertivas I e III estão corretas.

80. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Assim podemos afirmar:

- Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- Cada Senador será eleito com um suplente.
- Em todas as eleições para Senadores, serão eleitos dois novos Senadores.

A alternativa correta é:

- As assertivas I e II estão corretas.
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- As assertivas I e III estão corretas.
- Apenas a assertiva II está correta.

81. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- A denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- A destinação legal do produto da sua arrecadação.
- A denominação e demais características materiais adotadas pela lei.
- A denominação e demais características formais e materiais adotadas pela lei.

A alternativa correta é:

- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- Apenas a assertiva II está correta.
- Apenas assertivas II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.

82. De acordo com o Código Tributário Nacional, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de 2 (dois) melhoramentos indicados construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais.
- Sistema de esgotos sanitários.
- Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.
- Escola primária ou posto de saúde a uma distância mínima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

A alternativa correta é:

- Apenas a assertiva I está correta.
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- Apenas assertivas I, II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

83. Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

- Definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;
- Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
- Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- Definição de tratamento igualitário para as grandes empresas, microempresas e para as empresas de pequeno porte.

A alternativa correta é:

- Apenas a assertiva I está correta.
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

84. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme previsto na Constituição Federal, **EXCETO**:
- Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
 - Estabelecer limitações ao tráfego de veículos automotores pela utilização de vias conservadas pela União Federal.
 - Utilizar tributo com efeito de confisco.
 - Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
85. Acerca da repartição das receitas tributárias, conforme previsto na Constituição Federal, pertencem aos Municípios, **EXCETO**:
- Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial urbana, relativamente aos imóveis neles situados.
 - O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
86. Acerca das disposições da parte geral do Código Penal, assinale a opção correta.
- A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, deixando os fatos anteriores de serem imputados a quem os praticou.
 - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, independentemente de onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
 - Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras de propriedade privada, quando em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente.
87. No tocante às formas de extinção da punibilidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada.
 - Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
 - Suspensão condicional do processo.
 - Anistia, graça ou indulto.
88. No tocante à prescrição penal, assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com o Código Penal:
- São reduzidos pela metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
 - A prescrição da pena de multa ocorrerá em 3 (três) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.
 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.
 - Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto não for resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
89. Acerca das disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
 - Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante preenchimento de determinadas condições estabelecidas em lei.
 - Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa.
 - Nos crimes previstos no art. 171 do Código Penal, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local da praça de pagamento, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

90. Acerca das disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida no inquérito policial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
 - O juiz poderá autorizar, constatado o interesse público, a utilização de bem sequestrado, apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, do sistema prisional, do sistema socioeducativo, da Força Nacional de Segurança Pública e do Instituto Geral de Perícia, para o desempenho de suas atividades.
 - Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
91. Conforme disposto no Código de Organização Judiciária do Estado do Amazonas, são órgãos do Poder Judiciário, entre outros:
- Conselhos de Justiça e Auditoria Militar.
 - Juizes Classistas.
 - Juizado da Infância e da Adolescência.
 - Tribunais do Júri.
- A alternativa correta é:
- Apenas assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
92. Ao Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme seu Código de Organização Judiciária, compete processar e julgar originariamente:
- As representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais contestados em face da Constituição Federal.
 - As ações rescisórias de seus julgados.
 - As representações para intervenção em Municípios.
 - Os embargos aos seus acórdãos.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
93. Conforme disposto na Constituição do Estado do Amazonas, são objetivos prioritários do Estado, entre outros:
- A fixação do homem no campo.
 - A Inter complementaridade entre a Sociedade e o Estado.
 - A segurança pública e privada.
 - A garantia de um sistema educacional que, respeitando a dimensão universal e nacional do homem, preserve e ressalte a identidade cultural do povo amazonense.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
94. De acordo com o previsto na Constituição Estadual do Amazonas, o Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, definindo sua política, obedecendo às seguintes diretrizes, **EXCETO**:
- Apoio e estímulo à iniciativa privada voltada para o setor, particularmente no que tange a investimentos de lazer e serviços.
 - Difusão e divulgação do Amazonas como polo de importância turística.
 - Fomento à produção industrial.
 - Priorização de investimentos que visem à formação de estrutura turística voltada para aproveitamento das potencialidades existentes no Estado, principalmente a valorização do patrimônio paisagístico e natural.
95. Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar os recursos das decisões do Presidente do Tribunal de Justiça, nas seguintes matérias, de competência administrativa recursal, **EXCETO**:
- Licitações, contratos e alienações.
 - Concurso público para provimento de cargos de Juiz Substituto de Carreira, bem como de cargos do pessoal administrativo e auxiliar do Poder Judiciário.
 - Pedidos de licença, férias e vantagens.
 - Das decisões de penas disciplinares de demissão ou perda de delegação.
96. Sobre o trecho do site da CNN Brasil: “Comum nos bancos multilaterais como ele, o banco dos Brics tem sua presidência rotativa entre seus membros, em mandatos de cinco anos. O economista indiano e ex-executivo de grandes bancos e empresas da Índia, Kundapur Vaman Kamath, foi o primeiro deles, em 2015. O Brasil inaugurou seu mandato em 2020, assumido pelo diplomata e ex-secretário de Comércio Exterior Marcos Troyjo, indicado à presidência do banco, que é sediado em Xangai, pelo governo de Jair Bolsonaro. Ao chegar à Presidência do Brasil em janeiro deste ano, Luiz Inácio Lula da Silva indicou”:
- Guido Mantega.
 - Celso Amorim.
 - Dilma Vana Rousseff.
 - Simone Tebet.

97. O termo sustentabilidade em conformidade com o site Brasil Escola do UOL é “a busca pelo equilíbrio entre o suprimento das necessidades humanas e a preservação dos recursos naturais, não comprometendo as próximas gerações”. O meio empresarial vem usando uma forma de medir o seu desempenho no tocante à sustentabilidade através de três princípios básicos: a Governança, o Social e Meio ambiente, sendo esse o conceito de:
- ODS.
 - ESG.
 - ODM.
 - Agenda 2030.
98. Em 20 de janeiro de 2021 tomou posse o 46º presidente dos Estados Unidos. O presidente teve 306 votos no colégio eleitoral contra 232 votos do segundo colocado do Colégio Eleitoral. Quem é o 46º presidente dos Estados Unidos?
- Donald Trump.
 - Barack Obama.
 - Joe Biden.
 - Bernie Sanders.
99. Em 24 de fevereiro de 2022, Rússia e Ucrânia iniciaram uma Guerra após vários momentos de tensão entre esses 2 países. Sobre essa guerra podemos afirmar:
- Um dos motivos da guerra foi a pretensão da Ucrânia entrar na OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte.
 - A Ucrânia invadiu a Rússia para retomar a posse da Crimeia.
 - Os preços dos alimentos no mundo aumentaram, pois a Rússia e a Ucrânia são exportadores de trigo e de óleo de girassol.
 - O principal motivo da guerra está no fato da Polônia ter se juntado à Ucrânia para invadir a Rússia.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
100. Em 1º de janeiro de 2023 tomou posse para seu 3º mandato o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sobre a eleição ao qual esse presidente foi eleito podemos afirmar:
- O Vice-Presidente eleito com Lula foi Geraldo Alkmin.
 - Jair Bolsonaro tinha Hamilton Mourão como candidato a Vice-Presidente nas eleições de 2022
 - A eleição foi definida em 1º turno 50,90% dos votos para o presidente Lula.
 - Dois candidatos passaram para o segundo turno da eleição: Lula e Ciro Gomes.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.